

Empresário apóia os militares

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

Ao aplaudir, ontem, em Porto Alegre, a declaração do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que a implantação pela Constituinte da estabilidade no emprego para os trabalhadores será um "desserviço" ao País, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, afirmou que o ministro fez uma advertência sobre os riscos de "um possível retrocesso institucional, pela anarquia que estão querendo gerar num país que poderia, paradoxalmente, viver melhor se não tivéssemos tantos legislado-

res demagogos, fazendo leis que servem a seus interesses eleitorais e deservem à Nação".

Para César Rogério Valente, "a declaração do ministro do Exército é cautelosa diante do desequilíbrio social que, certamente, ocorrerá se prevalecer a demagogia de alguns parlamentares". "Pensando em agradar aos trabalhadores, vão jogá-los numa situação de desemprego em massa, clima favorável a uma baderna nacional", acrescentou.

"Os parlamentares que vão votar a estabilidade no emprego", prosseguiu, "devem estar alertados de que nenhum empresário irá entregar seu negócio nas mãos de uma massa trabalhadora que vai julgar-se sem ne-

nhuma obrigação de cumprir suas tarefas, pela estabilidade garantida em lei".

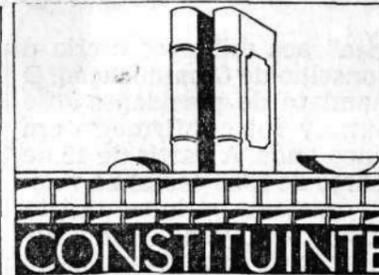
A manifestação do general Leônidas Pires Gonçalves, observou Valente, "deve ser encarada como um alerta ao presidente da República, ao presidente da Constituinte e aos parlamentares, de que ninguém irá cumprir uma Constituição que não reflita a realidade do País". A estabilidade, disse ele, "além de gerar uma extraordinária rotação de mão-de-obra, com demissões e admissões contínuas para evitar a estabilidade durante o período experimental a ser previsto em lei, fará com que se transfira o capital do setor produtivo para o especulativo".

Estados Unidos negam "lobby"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil divulgou ontem nota oficial desmentindo que o embaixador Harry Shlaudeman tenha participado de reunião na terça-feira com representantes de empresas norte-americanas no Brasil, com o fim de formar um grupo de lobby para exercer pressão na Assembléia Nacional Constituinte. Essa notícia, publicada ontem num jornal de Brasília, é incorreta, segundo a nota da embaixada.

A nota confirma que houve, realmente, uma reunião no dia 23, entre funcionários da embaixada e representantes de firmas norte-americanas instaladas no Brasil — "como acontece regularmente, para discutir a situação econômica entre os dois



países" —, mas justifica que nesse dia o embaixador compareceu ao coquetel de despedida do embaixador da França, Bernard Dorin, e em seguida, jantou na residência de um diplomata da embaixada.

Ainda de acordo com a nota oficial, o embaixador Shlaudeman tem mantido frequentes reuniões com membros das câmaras de comércio e

com representantes dessas empresas, em várias cidades do País, mas nunca em Brasília. "Durante estas reuniões, o embaixador jamais deu sugestão para formação de lobby junto ao Congresso brasileiro. O governo dos Estados Unidos, entretanto, sempre levou e continuará levando ao governo brasileiro suas preocupações no que diz respeito aos interesses norte-americanos no Brasil, assim como faz o governo brasileiro nos Estados Unidos", acrescenta a nota.

O comunicado esclarece, também, que o senador Roberto Campos (PDS/MT) não tomou café da manhã com o embaixador Shlaudeman na quarta-feira, dia em que foi aprovada na Câmara dos Deputados o projeto de software, como publicou o jornal brasileiro.

Covas não irá a comício pelas diretas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não participará do comício em favor das diretas, do dia 7, na rampa do Congresso, porque é "homem de partido" e vai aguardar a deliberação da convenção nacional sobre a questão do mandato presidencial. A explicação foi dada, ontem, pelo próprio senador, que, nos últimos tempos, tem deixado transparecer que poderá não se submeter a eventual decisão em favor dos cinco anos. Mário Covas tem defendido, com insistência, eleições diretas para a Presidência em novembro de 88.

Covas admitiu temer eventuais tentativas por parte do governo de influenciar os convencionais para obter a aprovação de cinco anos para José Sarney, mas advertiu que qualquer tentativa fisiológica de condicionar os resultados da convenção não produzirá efeito. O líder do PMDB disse, ainda, que os governadores do partido não terão influência sobre as deliberações dos convencionais.

O líder evitou comentar a intenção do deputado Ulysses Guimarães de votar coletivamente e sem caráter impositivo, no plenário da convenção, as questões mais polêmicas em exame na Constituinte. Contudo, explicou que, para obedecer a uma diretriz firmada pela convenção, não precisa ser ameaçada de punição pelo código de ética, bastando-lhe a sua consciência sobre o papel de um militante e representante peemedebista. "Caso contrário, não precisaria existir partidos políticos", frisou.

Com isso, respondeu indiretamente aos peemedebistas que ameaçam não cumprir as diretrizes aprovadas pela convenção. De qualquer forma, o senador paulista acha importante a manifestação do órgão dirigente porque, com base nas posições por ele adotadas, terá condições de cobrar da tribuna que sejam elas respeitadas. "Tenho o direito de subir na tribuna e cobrar o cumprimento dos compromissos e do programa do PMDB", acrescentou.

Mário Covas adiantou que estuda uma forma de avaliar as tendências partidárias, se não for possível aferi-las através do voto. Caso não sejam votadas, o senador estuda maneira de realizar consultas aos convencionais, seja por meio de questionários distribuídos em barracas pelo Congresso, seja de outra forma qualquer.